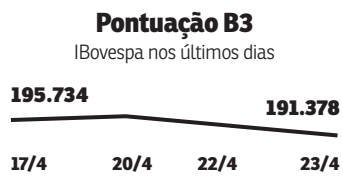
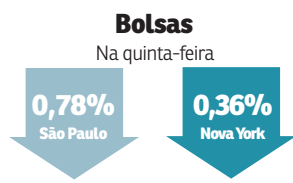




7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 24 de abril de 2026



Na quinta-feira
R\$ 5,00
(+ 0,6%)

Dólar

	Últimos
16/abril	4,992
17/abril	4,983
20/abril	4,974
22/abril	R\$ 4,974

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na quinta-feira
R\$ 5,848

CDI
Ao ano
14,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
14,49%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

TRIBUTOS

Gov. abre mão de receita por gasolina

Projeto encaminhado ontem ao Congresso Nacional prevê redução de impostos caso a arrecadação do setor aumente

» RAPHAEL PATI

Washington Costa/MF



Na entrevista coletiva, os ministros afirmaram que o efeito da medida será neutro do ponto de vista da arrecadação de impostos

O líder do governo federal na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT-RS), apresentou ontem um projeto de lei complementar que possibilita a redução de tributos federais sobre quatro combustíveis em caso de aumento da arrecadação de receitas obtidas com a exportação de petróleo enquanto perdurar a guerra no Oriente Médio. O principal objetivo com essa medida é adiantar possíveis desonerações do PIS/Cofins e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), em caso de prolongamento da guerra entre Irã, Israel e Estados Unidos, que já dura quase dois meses.

"Nós estamos antecipando esse debate com o Congresso para que, se houver necessidade de aumentar o preço da gasolina, a gente já tenha no ponto de vista do governo garantido a governança da Petrobras, garantindo que outras empresas possam fazer suas comercializações de combustível. Então, também tem um caráter preventivo para que não haja um impacto na bomba quando isso for feito", disse, ontem, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, durante coletiva de apresentação da medida na sede da pasta.

O chefe da equipe econômica do governo Lula conversou com os presidentes das duas casas, Davi Alcolumbre (União-AP), do Senado, e Hugo Motta (Republicanos-PB), da Câmara, para negociar o projeto. No próximo dia 28, os líderes do Congresso Nacional devem se reunir para votar o regime de urgência da matéria. "A orientação dada pelo presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) é que todas essas medidas deveriam ser discutidas pelo Congresso", ressaltou o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Câmara, José Guimarães.

A proposta da liderança do governo poderia reduzir o tributo de gasolina, diesel, etanol e biodiesel,

sendo que no caso da primeira, além do PIS/Cofins, o PLP também autorizaria o governo a cortar parcela do Cide que recai sobre esse combustível.

O texto prevê que reduções seriam permitidas caso fosse demonstrado aumento de arrecadação de receitas ligadas ao setor de óleo e gás. Entre elas, são listados os royalties e participação especial que a União possui na exploração de petróleo ou gás natural dentro de seu território, além de dividendos recebidos de empresas, como a Petrobras, e outros tributos, como o imposto de exportação sobre óleo e

Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes a esses produtos.

O ministro da Fazenda disse que, se for aprovado pelo Congresso, a equipe econômica deve promover o que chamou de "redução parcial" dos tributos sobre gasolina e etanol, que ao contrário do diesel, ainda permanecem com as alíquotas cheias desde o início da guerra. "Trabalho com a hipótese de uma redução ponderada por dois meses, que tem que ser reavaliada de maneira constante, parcial e não total da tributação", afirmou

o chefe da Fazenda, que preferiu não adiantar qual seria o tamanho da primeira redução tributária, caso isso ocorresse. Segundo cálculos levantados pela equipe econômica, a cada R\$ 0,10 de redução na alíquota sobre a gasolina poderia ter impacto de R\$ 800 milhões na arrecadação federal em um período de apenas dois meses.

Outras medidas

A redução total da alíquota de PIS/Cofins sobre o diesel foi aprovada ainda no mês de março, por meio da Medida Provisória (MP)

1.340/2026. Segundo o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, caso a medida se estenda até o final do ano, o impacto na arrecadação para os cofres do governo, somando-se a subvenção ao diesel aprovada na mesma MP chegaria a R\$ 30 bilhões. O governo federal tem até o próximo dia 31 de maio para decidir se prorroga a vigência ou extingue a medida.

"Os parâmetros são muito objetivos. Os limites de atuação estão dados pelo limite da arrecadação extraordinária. A temporalidade está dada pela guerra e pelo exercício atual e os tributos considerados

Os limites de atuação estão dados pelo limite da arrecadação extraordinária. A temporalidade está dada pela guerra e pelo exercício atual, e os tributos considerados também estão listados na proposição, e aqueles que poderão sofrer a redução também estão dados"

Dario Durigan,
ministro da Fazenda

também estão listados na proposição e aqueles que poderão sofrer a redução também estão dados", salientou Durigan. Além do diesel, o governo também já reduziu os impostos sobre o biodiesel e a Querosene de Aviação (QAV), utilizado pelas aeronaves comerciais.

Desde o início do conflito entre Israel, Irã e Estados Unidos, no último dia 28 de fevereiro, acumula alta de cerca de 7,5% nos postos de combustível, de acordo com o levantamento semanal da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Atualmente, a alíquota de imposto federal que incide sobre a gasolina é de R\$ 0,79 por litro — a mais alta entre os principais combustíveis vendidos no país. Segundo a ANP, o preço médio de revenda do produto nos postos de abastecimento em todo o país chegou a R\$ 6,75 na semana encerrada em 18 de abril.

TCU descarta tratativas para federalizar BRB

» ROSANA HESSEL

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) afastou estudos ou tratativas relacionadas à eventual federalização do Banco de Brasília (BRB) e ainda descartou a venda de carteiras de crédito do banco distrital para a Caixa Econômica Federal (Caixa).

De acordo com o relatório feito pela unidade do TCU de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos) e encaminhado ao ministro Bruno Dantas, relator do processo na Corte de Contas, não houve operação de compra de carteira de crédito do BRB pela Caixa, indicando que as interações entre as duas instituições não passaram de tratativas iniciais, sem evolução para negociação efetiva ou decisão estratégica.

O documento também informou a inexistência de pleitos ou consultas relacionadas à federalização ou apoio financeiro do BRB junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como inexistência de estudos ou tratativas do Banco

do Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional também relacionadas à federalização do BRB.

Conforme informações da auditoria, as negociações entre Caixa e BRB não avançaram, porque não houve aprofundamento técnico, nem elaboração de relatórios conclusivos ou avaliação negocial. O relatório informou ainda que a ausência de documentos essenciais por parte do BRB inviabilizou a continuidade da análise, levando à suspensão e posterior encerramento do processo ainda em fase embrionária.

"Não obstante, verificou-se a ocorrência de atrasos reiterados e, ao final, a não apresentação, pelo BRB, dos documentos necessários à continuidade dos trabalhos, o que inviabilizou a conclusão da análise técnica pelas unidades responsáveis", informou o auditor no relatório enviado ao ministro relator Bruno Dantas, do TCU em 16 de abril.

De acordo com o relatório, a iniciativa "não evoluiu para qualquer etapa decisória ou negocial" e que não configurou, em nenhum momento, uma operação de aquisição de ativos do BRB,

Verificou-se a ocorrência de atrasos reiterados e, ao final, a não apresentação, pelo BRB, dos documentos necessários à continuidade dos trabalhos, o que inviabilizou a conclusão da análise técnica pelas unidades responsáveis"

TCU, em relatório

que tenta ampliar o capital para cobrir o rombo deixado pelas operações com o Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025.

Conforme o documento,

"revela-se pertinente a adoção de medida destinada a assegurar a tempestiva ciência do Tribunal acerca de eventual evolução do cenário fático, mediante determinação às entidades diligenciadas para comunicação imediata de quaisquer atos, ainda que preparatórios, relacionados à hipótese de federalização do BRB".

"Não obstante, a hipótese que fundamentou a representação inseriu-se em contexto dinâmico, envolvendo instituições financeiras públicas e possíveis rearranjos institucionais que podem vir a se materializar, ainda que em estágio preliminar, o que recomenda a manutenção do acompanhamento pelo Tribunal", destacou o auditor.

O documento ainda propôs a reclassificação para "pública" de parte das informações prestadas pela Caixa e pelo BNDES, conforme pedido das duas instituições. Além disso, recomendou "manter aberta a presente representação para acompanhamento do tema no âmbito desta unidade técnica, com vistas à pronta atuação do Tribunal caso sobrevenham elementos novos relevantes".

Ed Alves/CB/D.A Press



O documento foi encaminhado ao relator da matéria, Bruno Dantas